v7.n9.2026

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E SUA RELAÇÃO COM A AGENDA 2030: PROTAGONISMO DE AGRICULTORAS DO ASSENTAMENTO TERRA RICA, EM CÓRREGO RICO (SP)

THE FOOD ACQUISITION PROGRAM AND ITS RELATIONSHIP WITH THE 2030 AGENDA: LEADERSHIP OF WOMEN FARMERS FROM THE TERRA RICA SETTLEMENT, IN CÓRREGO RICO (SP)

EL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS Y SU RELACIÓN CON LA AGENDA 2030: PROTAGONISMO DE LAS MUJERES AGRICULTORAS DEL ASENTAMIENTO TERRA RICA, EN CÓRREGO RICO (SP)

João Carlos De Souza[1], Ana Margarida Theodoro Caminhas[2]

e799047
https://doi.org/10.47820/recima21.v7i9.9047

PUBLICADO: 09/2026

RESUMO

O presente trabalho tem como intuito identificar como o protagonismo feminino das agricultoras do Assentamento Terra Rica localizado em Córrego Rico – São Paulo, vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através da sua produção, apresentou alinhamento com metas específicas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à Agenda 2030. Assim como caracterizar a produção, separando os alimentos a partir de uma base culinária, e renda obtida pelas vinculadas no período de 2019 a 2023. Por meio da modalidade de compra com doação simultânea do programa, as agricultoras puderam escoar sua produção diversificada de alimentos orgânicos e agroecológicos oriunda dos quintais produtivos, que antes eram subvalorizados em relação a produtos ligados à esfera masculina, gerando segurança alimentar tanto para as entidades consumidoras, quanto para seus familiares com alimentos livres de agrotóxicos e nutricionalmente ricos como recomendado pelas diretrizes do Guia Alimentar para a População Brasileira e da cartilha “Tem veneno nesse pacote”. A renda obtida proveniente do PAA contribuiu para relativa previsibilidade de renda em determinados períodos para as produtoras, assim como permitiu a continuidade produtiva no assentamento. Diante desse contexto, é possível destacar que as práticas das agricultoras do assentamento demonstraram contribuição potencial para metas associadas aos seguintes ODS: ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

PALAVRAS-CHAVE: Protagonismo Feminino. PAA. Agenda 2030.

ABSTRACT

This study aims to identify how the agency of women farmers from the Terra Rica settlement, located in Córrego Rico – São Paulo, linked to the Food Acquisition Program (PAA), demonstrated alignment with specific targets of the Sustainable Development Goals (SDGs) related to the 2030 Agenda. Additionally, it characterizes the production, categorizing the food products based on a culinary framework, and analyzes the income obtained by these women between 2019 and 2023. Through the program's purchase modality with simultaneous donation, the women farmers were able to commercialize their diversified production of organic and agroecological food from home gardens, which were previously undervalued compared to products linked to the male sphere.

[1] Graduando em Administração pela Unesp-FCAV.
[2] Doutora em Aquicultura pelo CAUNESP e professora pesquisadora na Unesp-FCAV.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

This process generated food security for both consuming entities and their families, providing pesticide-free and nutritionally rich food, as recommended by the guidelines of the Dietary Guidelines for the Brazilian Population and the booklet "Tem veneno nesse pacote" [There is Poison in this Package]. The income derived from the PAA contributed to relative stability for the producers and allowed for productive continuity within the settlement. Within this context, it is possible to highlight that the settlement's women farmers showed a potential contribution to targets associated with the following SDGs: SDG 1 (No Poverty); SDG 2 (Zero Hunger); SDG 5 (Gender Equality); SDG 11 (Sustainable Cities and Communities); and SDG 12 (Responsible Consumption and Production).

KEYWORDS: *Women's agency. PAA. 2030 Agenda.*

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo identificar cómo el protagonismo femenino de las agricultoras del Asentamiento Terra Rica, ubicado en Córrego Rico – São Paulo, vinculadas al Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), presentó alineación con metas específicas de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) relacionados con la Agenda 2030. Asimismo, busca caracterizar la producción, clasificando los alimentos a partir de una base culinaria, y la renta obtenida por las participantes durante el período entre 2019 y 2023. A través de la modalidad de compra con donación simultánea del programa, las agricultoras pudieron comercializar su producción diversificada de alimentos orgánicos y agroecológicos provenientes de los patios productivos, los cuales antes eran subvalorados en comparación con los productos vinculados a la esfera masculina. Esto generó seguridad alimentaria tanto para las entidades consumidoras como para sus familiares, mediante alimentos libres de agrotóxicos y nutricionalmente ricos, tal como lo recomiendan las directrices de la guía alimentaria para la población brasileña y de la cartilla "Tem veneno nesse pacote" [hay veneno en este paquete]. Los ingresos obtenidos del PAA contribuyeron a una relativa estabilidad económica de las productoras, además de permitir la continuidad productiva en el asentamiento. A partir de este contexto, es posible destacar que las agricultoras del asentamiento evidenciaron una contribución potencial para las metas asociadas a los siguientes ODS: ODS 1 (Fin de la pobreza); ODS 2 (Hambre cero y agricultura sostenible); ODS 5 (Igualdad de género); ODS 11 (Ciudades y comunidades sostenibles); y ODS 12 (Producción y consumo responsables).

PALABRAS CLAVE: *Protagonismo Femenino. PAA. Agenda 2030.*

INTRODUÇÃO

A agricultura como atividade ocupa papel central no desenvolvimento humano, uma vez que, desde os primórdios, civilizações fluviais se estabeleceram em terras férteis às margens de rios com o intuito de produzir grãos destinados para a sua própria subsistência e comércio. A partir de então, a humanidade sempre buscou meios de aumentar a sua produtividade, seja por meio de técnicas ou inovações. Com o advento das revoluções tecnológicas e, consequentemente, a evolução agrícola, criou-se um cenário no Brasil e no mundo de realidades distintas que coexistem, sendo elas: uma agricultura altamente tecnológica e mecanizada, que possui capital para expandir, e a outra, caracterizada pela produção familiar, com carência de

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

recursos, mas que desempenha um papel essencial no abastecimento alimentar (Lima; Silva; Iwata, 2019).

Nesse contexto, durante os anos 1990, devido a pressões populares dos movimentos rurais que reivindicavam, entre outras questões, a falta de crédito aos pequenos produtores, tornou-se necessária a criação de políticas públicas com o intuito de fortalecer a agricultura familiar, que passou a ser integrada por várias categorias sociais, como assentados e arrendatários. Sendo assim, a criação do PRONAF, em 1995, instaurou um marco para a comunidade rural, como sendo a primeira política pública direcionada especificamente para a agricultura familiar (Schneider, 2003).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por sua vez, foi instituído em 2003, com o propósito de garantir aos produtores familiares maior acesso à política de garantia de preços e um mercado mais amplo para a distribuição de seus produtos, assim como garantir segurança alimentar e nutricional para os consumidores, sendo esses os próprios agricultores e a população em situações de vulnerabilidade (Camargo; Baccarin; Silva, 2013). Dessa forma, o PAA também contribuiu para uma maior valorização do trabalho das mulheres agricultoras familiares ao ampliar a comercialização dos produtos oriundos dos quintais produtivos, via modalidade de compra com doação simultânea (Siliprandi; Cintrão, 2011).

Diante desse cenário, Caminhas (2024) aponta para a importância do protagonismo feminino identificado no Assentamento de Córrego Rico, uma vez que as mulheres agricultoras familiares puderam contribuir para a sustentabilidade ecológica, econômica e social por meio da produção orgânica. Os produtos cultivados foram distribuídos via o programa Cesta Verde, que compõe o PAA.

O Assentamento de Córrego Rico está localizado no distrito de Córrego Rico, pertencente ao município de Jaboticabal, na região nordeste do estado de São Paulo, polo industrial de usinas sucroalcooleiras e, consequentemente, caracterizado pela predominância da monocultura canavieira.

Caminhas (2024) também observou que, devido ao protagonismo feminino presente no assentamento, foram viabilizados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à Agenda 2030, uma vez que a produção gerou segurança alimentar e proporcionou alimentos orgânicos acessíveis a indivíduos pertencentes às camadas mais subalternas da sociedade. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), são metas que abordam os principais desafios enfrentados pela humanidade, servindo como guia para garantir uma sociedade mais justa, sustentável e igualitária.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nesse panorama, este trabalho se constitui de um desdobramento do projeto anterior supracitado a respeito da gestão feminina no Assentamento Terra Rica (Caminhas, 2024), mas com um enfoque distinto a respeito da produção das agricultoras. A pesquisa se mostra relevante tanto para discussões sociais acerca de questões de gênero no meio rural, evidenciando a participação e o protagonismo feminino na produção, quanto ambientais, contribuindo para o debate sobre desenvolvimento rural responsável, sustentabilidade, práticas agroecológicas e o alinhamento com as metas dos ODS. Além disso, o estudo também contribui para o campo das políticas públicas ao analisar os impactos do Programa de Aquisição de Alimentos.

O trabalho tem como foco principal investigar como o protagonismo feminino das agricultoras do Assentamento Terra Rica, em Córrego Rico – SP, vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio das suas práticas, viabiliza a Agenda 2030, implementando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em sua comunidade. Além disso, em segundo plano, por meio de um viés de análise quantitativa descritiva, busca caracterizar a produção durante o período de 2019 a 2023 por meio de dados, com o intuito de verificar tendências e padrões quanto à renda e aos alimentos produzidos no assentamento.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico será estruturado em cinco pilares que fundamentarão o trabalho como um todo, sendo eles: a agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o protagonismo feminino na agricultura familiar, a produção orgânica e agroecológica e o desenvolvimento rural sustentável juntamente com a Agenda 2030.

1.1. Agricultura familiar

A definição de agricultura familiar possui diversas interpretações e significados. Segundo Wanderley (1999), o conceito de agricultura familiar, fundamentado na tríade propriedade, trabalho e família, na qual a família seria proprietária dos meios de produção e exclusivamente realizaria o trabalho, é limitado e genérico, uma vez que a combinação dos conceitos de propriedade e trabalho assume diversas formas ao longo do tempo e em diferentes contextos sociais.

No âmbito jurídico, de acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é caracterizado como agricultor familiar aquele que não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais, use predominantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, tenha percentual mínimo da renda familiar

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo, e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Lima *et al.* (2019) apresentam uma nova interpretação a respeito do conceito de agricultura familiar a partir da definição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2018), para além de apenas uma classificação genérica, mas elevando-a a uma "forma de vida", pois sua importância remete à segurança alimentar, à geração de renda, à geração de emprego, à mitigação da pobreza, à conservação da biodiversidade e à preservação das tradições culturais, aspectos esses que dialogam diretamente com os objetivos desta pesquisa.

O papel da produção da agricultura familiar no cenário brasileiro é essencial do ponto de vista econômico, social e alimentar do país, uma vez que, segundo os dados levantados pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) e divulgados por meio do seu Anuário Estatístico da Agricultura Familiar no ano de 2022, a agricultura familiar foi responsável por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira, em um cenário no qual apenas 23% das terras totais são ocupadas por estabelecimentos familiares, o que evidencia a capacidade produtiva quando em comparação ao agronegócio.

Apesar do notório destaque da agricultura familiar no panorama brasileiro em relação a temas econômicos, sociais e alimentares, Lima *et al.* (2019) apontam que apenas com a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1995, o segmento passou a receber maior atenção de outros setores, especialmente do poder público, responsável por definir políticas de fortalecimento.

1.2. Programa de Aquisição de Alimentos

Sob essa perspectiva, na qual a agricultura familiar, apesar da sua importância, era marginalizada nas ações do Estado, os movimentos sociais e sindicais reivindicavam maior destaque na agenda pública por meio da mobilização "Grito da Terra Brasil", iniciada em 1994, atraindo o foco da sociedade e da mídia para o problema em questão. Essa grande pressão social sofrida pelo governo culminou na criação do PRONAF em 1995, que tinha como intuito fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores (Grisa, 2018; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi instituído por meio da Lei nº 10.696/03, de 2 de julho de 2003, também devido às mobilizações sociais e às demandas dos agricultores familiares por um maior acesso do grupo às ações públicas de garantia de preço e renda, e de um maior alcance de mercados para os seus produtos. Além disso, o PAA se propunha a

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

contribuir com a segurança alimentar dos produtores e das camadas mais subalternas da sociedade brasileira, uma vez que restaurantes populares, cozinhas comunitárias e entidades de assistência social recebem produtos decorrentes da agricultura familiar por meio da modalidade de compra com doação simultânea, na qual o trabalho se concentrou (Camargo; Baccarin; Silva, 2013).

Segundo a cartilha disponibilizada pela CONAB, a modalidade Compra com Doação Simultânea tem como intuito comprar produtos de associações, cooperativas e organizações formadas por agricultores familiares pelo preço médio de varejo, sem necessidade de licitação, e destiná-los a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de redes socioassistenciais, equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional e entidades de atendimento governamentais e não governamentais que ofertem alimentação a seus beneficiários e possuam acompanhamento de conselhos municipais, estaduais ou nacionais de políticas temáticas.

Siliprandi e Cintrão (2011) abordam como a Compra com Doação Simultânea possui um percentual maior de mulheres atuantes em relação às outras modalidades do programa, e que isso está diretamente ligado à vasta gama de produtos abrangidos. Esse fato se dá devido a fatores como a divisão do trabalho na agricultura familiar, uma vez que majoritariamente as mulheres estão atribuídas a trabalhos denominados como reprodutivos, ou seja, voltados para a subsistência e o consumo da família. Esses produtos, muitas vezes cultivados nos arredores das casas, em quintais, como hortaliças, frutas e legumes, possuem pouco ou nenhum acesso ao mercado, tendo seus excedentes, por muitas vezes, trocados, oferecidos ou perdidos.

Os homens, por sua vez, estão ligados a trabalhos produtivos com o intuito de geração de renda e possuem o monopólio das atividades de comercialização e do capital decorrente da venda desses produtos, sendo que, quando ambos atuam fora da sua “esfera”, tal atividade é vista como ajuda e não propriamente como trabalho.

Sendo assim, o PAA é responsável por criar um mercado institucional e novas formas de escoamento, a preços justos, para produtos tradicionalmente ligados ao gênero feminino, que já eram vendidos em escalas menores e com maior dificuldade. Ao viabilizar esse tipo de atividade, o programa destaca a importância e o protagonismo feminino no cenário da agricultura familiar.

1.3. Protagonismo feminino

Diante dessa perspectiva de uma agricultura familiar como forma de vida, reconhecer que as mulheres possuem um papel central e de destaque nesse processo é fundamental. Oliveira, Vilaça e Muffato (2019) apontam para uma questão de gênero: mulheres que atuam na

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

agricultura familiar muitas vezes enfrentam jornadas extenuantes, pois, além de trabalharem como mão de obra na produção, são responsáveis pelos afazeres domésticos, mas que, mesmo assim, são fortemente desvalorizadas e precarizadas, visto que ambos não são reconhecidos como trabalhos produtivos, ainda que atuando para a renda e o sustento tanto quanto os maridos.

Por meio de um estudo no município de Concórdia – SC, Santos, Bohn e Almeida (2020) apresentam que, até mesmo sob o viés das tarefas domésticas, ainda que realizadas em sua totalidade, o protagonismo da mulher agricultora familiar se dá de maneira parcial, uma vez que elas, na média, não ocupam a posição de administradoras dos recursos financeiros da família, enquanto o homem, por sua vez, contribui apenas com parte dos trabalhos reprodutivos, o que não ajuda na diminuição das cargas de jornadas exaustivas, como previamente apontado.

Um estudo realizado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e pela Embrapa, a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), identificou que as mulheres administram apenas 19% dos estabelecimentos rurais, enquanto os homens detêm o controle de 81%. Ainda segundo a pesquisa, os dados revelam uma discrepância na produção entre mulheres proprietárias e não proprietárias (produtoras sem área; concessionárias ou assentadas aguardando titulação definitiva; ocupantes; comodatárias; parceiras ou arrendatárias). Enquanto o primeiro grupo tem na pecuária sua principal atividade, 42% das agricultoras não proprietárias têm suas atividades econômicas ligadas a lavouras temporárias.

Essa realidade apresentada evidencia tanto a relevância das mulheres na produção quanto os desafios enfrentados na busca por autonomia econômica e de maior visibilidade do ponto de vista social e laboral. Com base nesse contexto, discutir o protagonismo feminino na agricultura familiar é essencial para a efetivação de políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento rural em um sentido amplo, igualitário e sustentável.

Com o intuito de estabelecer delimitação analítica no presente trabalho, o protagonismo feminino é aqui adotado como liderança ativa e composição majoritária ou total de mulheres agricultoras assentadas frente à produção ligada ao Programa de Aquisição de Alimentos durante o período analisado, sem que isso implique necessariamente a resolução imediata de questões de gênero nas esferas domésticas e sociais amplas.

1.4. Produção orgânica, agroecologia e quintais produtivos

Diante desse cenário, a produção orgânica se apresenta como elemento central, uma vez que está diretamente relacionada ao enfoque deste trabalho, que consiste na caracterização da produção desenvolvida por mulheres agricultoras familiares vinculadas ao PAA. Siliprandi e Cintrão (2011) associam o fato de o cuidado com a alimentação estar ligado às atividades da

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

"esfera" feminina à redução do uso de agrotóxicos na produção, pois existe uma preocupação com a saúde e a qualidade da oferta dos produtos aos grupos beneficiários, principalmente às crianças (creches e escolas). Além disso, o PAA prevê um adicional de 30% para produtos orgânicos, o que incentiva esse tipo de produção. Caminhas (2022) identificou que o cultivo orgânico por parte das agricultoras do assentamento Terra Rica se deu devido à falta de recursos financeiros para a aquisição de insumos, assim como pela preocupação com a qualidade dos alimentos consumidos, uma vez que estes também são consumidos por suas famílias.

A preocupação da sociedade com os impactos dos agrotóxicos na alimentação humana é um tema que gera grandes discussões no campo da segurança alimentar e nutricional. O Guia Alimentar para a População Brasileira, de autoria do Ministério da Saúde, que visa estabelecer diretrizes nacionais a respeito de nutrição e alimentação, destaca a importância do consumo de alimentos orgânicos e de base agroecológica, pois isso beneficia tanto o consumidor, que estará ingerindo um produto benéfico ao meio ambiente e à sua própria saúde, uma vez que ele é livre de químicos e protege a biodiversidade, quanto os agricultores, que estarão recebendo maiores incentivos a uma produção ambientalmente sustentável.

Em complemento a isso, a cartilha "Tem Veneno Nesse Pacote", produzida pelo IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), demonstra, por meio da análise de compostos, que alimentos ultraprocessados, que muitas vezes se utilizam de campanhas publicitárias para destacar os benefícios que os produtos podem trazer à saúde do consumidor, apresentam resíduos de agrotóxicos como o glifosato e o glufosinato. Tal evidência atesta a importância da preferência por produtos orgânicos e in natura que promovem saúde e segurança alimentar.

Apesar dos benefícios apresentados do consumo de alimentos orgânicos em relação aos alimentos ultraprocessados, um entrave para o seu consumo se dá devido ao seu alto custo, o que é um obstáculo para as camadas de menor poder aquisitivo (Lage; Assis; Aquino, 2020). No entanto, Caminhas (2024) verificou como as políticas públicas de incentivo à agricultura familiar alteram esse cenário, no caso do estudo, o PAA, uma vez que, por meio dos quintais produtivos, foram gerados alimentos orgânicos acessíveis para as camadas da sociedade em situação de vulnerabilidade.

Os quintais produtivos, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, são caracterizados por um espaço nos arredores da casa, que tradicionalmente é manejado pelas mulheres, integrando atividades como o cultivo de alimentos e plantas medicinais, assim como a criação de pequenos animais, capaz de promover o sustento da família através da produção e gerar renda por meio da venda dos excedentes em mercados

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

e feiras locais, o que, por consequência, produz segurança alimentar e fortalece o protagonismo feminino no campo.

Segundo Leal *et al.* (2020), os quintais são classificados como locais de produção agroecológica, pois são espaços nos quais são reunidos conhecimentos tradicionais de manejo, transmitidos principalmente pelas mulheres para as gerações seguintes, com práticas agroecológicas como a aplicação de repelentes, o uso de adubos naturais e a integração entre animal e vegetal, o que contribui para a manutenção da cultura local e um desenvolvimento rural sustentável.

1.5. Desenvolvimento rural sustentável e Agenda 2030

O Relatório Brundtland (1987), divulgado pela ONU (Organização das Nações Unidas) por meio da CMMAD (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento), define como desenvolvimento sustentável atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. De acordo com Costabeber e Caporal (2003), atribuir esse conceito como único é equivocado, uma vez que as necessidades variam de acordo com as pessoas e as sociedades em que estão inseridas. Sendo assim, o desenvolvimento rural sustentável deve ser entendido como um processo gradual de transformação, construído por meio da consolidação de práticas educativas e participativas das populações rurais, fundamentadas a partir de uma perspectiva multidimensional que engloba fatores ecológicos, econômicos, sociais, culturais, políticos e éticos na busca por maior sustentabilidade, equidade e solidariedade intra e intergeracional.

Segundo esse panorama, no qual o desenvolvimento sustentável é transdisciplinar, a Agenda 2030, proposta pela ONU em 2015, surge como um plano de diretrizes globais a serem adotadas com o intuito de garantir um desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social e ambiental até o ano de 2030, por meio dos 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), que correspondem a um conjunto de “instrumentos” que guiarão esse processo.

Caminhas (2022) constatou que, por meio dos quintais produtivos, nos assentamentos Terra Rica, em Córrego Rico - SP, e Bela Vista do Chibarro, no município de Araraquara - SP, houve um fortalecimento do protagonismo feminino, uma vez que esse sistema promoveu geração de renda e autonomia financeira, assim como convergências com dimensões dos ODS da Agenda 2030, sendo eles: erradicação da pobreza (ODS 1), combate à fome e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10) e cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2. METODOLOGIA

2.1. Estudo de caso

O trabalho caracteriza-se como uma pesquisa documental e descritiva, de abordagem predominantemente quantitativa, contextualizada como estudo de caso que teve como base o assentamento localizado no distrito de Córrego Rico, município de Jaboticabal, interior de São Paulo. O componente quantitativo é verificado por meio da análise descritiva da renda e dos alimentos produzidos no assentamento no período de 2019 a 2023, a partir da análise documental dos dados disponíveis no Portal da Transparência da CONAB.

O estudo de caso, segundo Yin (2005), consiste em uma investigação empírica que se debruça tanto sobre um fenômeno e o contexto no qual este está inserido quanto sobre os limites da relação entre o fenômeno e o contexto, ou seja, até que ponto as condições contextuais estudadas impactam no fenômeno observado.

Stake (2011), por sua vez, apresenta que o estudo de caso pode ser usado para entender um fenômeno, um relacionamento, o funcionamento de algo, no qual o caso por si só é uma entidade, algo concreto que pode ser observado, e as questões teóricas ou sociais que se derivam com base nesse caso são o que o pesquisador busca compreender.

2.2. Coleta de dados

A coleta de dados referentes à produção do assentamento, por sua vez, foi realizada a partir da análise de documentos a respeito dos arquivos do Programa de Aquisição de Alimentos, dentro da modalidade de Compra com Doação Simultânea, que compreendem os contratos e execuções entre os períodos de 2019 a 2023, provenientes do Portal da Transparência da CONAB. O critério de delimitar o horizonte temporal de 2019 a 2023 se deve ao fato de que no período de 2024 o assentamento não participou do programa, e, durante a pesquisa, o contrato do ano de 2025 ainda estava sendo executado, apresentando dados incompletos.

As informações foram organizadas em tabelas anuais, destacando a quantidade de produtos formalizados e executados. “A pesquisa documental deve constar do plano de coleta de dados. O material coletado e analisado é utilizado para corroborar evidências de outras fontes e/ou acrescentar informações” (Gomes, 2008).

É importante mencionar que o assentamento, até o período de 2021, apesar da maioria feminina, possuía tanto mulheres quanto homens envolvidos na produção agrícola. Desde 2021, a inscrição no PAA passou a ser realizada pela Associação das Mulheres Agricultoras Familiares do Assentamento de Córrego Rico (AMAAR).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

2.3. Tratamento de dados

O tratamento de dados inicialmente foi realizado com base no estudo das tabelas dos períodos selecionados disponibilizados pela CONAB, com o intuito de estabelecer uma análise quantitativa descritiva, visando identificar padrões e variações sobre a produção e execução. Posteriormente, os resultados foram interpretados à luz do referencial teórico, buscando entender de que forma o protagonismo feminino verificado no assentamento, por meio do PAA, contribuiu para o alcance das metas selecionadas da Agenda 2030.

As variações percentuais utilizadas para análises comparativas entre os períodos foram calculadas por meio da fórmula de variação percentual:

$$\Delta\% = \frac{(\text{V atual} - \text{V anterior})}{V\ anterior} \text{x}100 \qquad (1)$$

em que V representa o valor em quilos ou em reais (R$) de cada período correspondente.

Como limitação metodológica, vale ressaltar que o trabalho se fundamenta exclusivamente em dados secundários; portanto, o estudo não abrangeu dados primários empíricos como entrevistas, questionários com as agricultoras vinculadas no período, nem mensuração de indicadores a respeito de segurança alimentar, e análises ecológicas da produção, restringindo-se apenas ao mapeamento dos volumes e rendas movimentados, avaliando o alinhamento potencial e a convergência das práticas locais das assentadas com as metas da Agenda 2030.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O capítulo busca, por meio de dados obtidos via CONAB, apresentar e discutir os cenários referentes à produção fornecida ao PAA pelo assentamento de Córrego Rico – SP entre os períodos de 2019 a 2023. As tabelas foram organizadas de modo que abrangessem primeiramente a produção geral e, posteriormente, os produtos mais comercializados e os respectivos grupos, possibilitando, assim, identificar variações e/ou tendências ao longo do tempo por meio dos dados e fórmulas.

A partir dessas tabelas, busca-se estabelecer discussões acerca da caracterização da produção do assentamento e, posteriormente, dos impactos em relação ao protagonismo feminino das mulheres agricultoras no programa, assim como identificar as práticas ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) referentes à Agenda 2030.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 1. Produtos 2019

Produtos	Quantidade formalizada em kg	Quantidade Executada em kg
ABÓBORA MORANGA	3200	3200
ABÓBORA SECA	4000	4000
ABOBRINHA VERDE	4000	4000
BANANA NANICA	2200	2200
BANANA PRATA	2000	2000
BERINJELA	2000	2000
GOIABA VERMELHA	2501	2501
MANGA PALMER	2500	2500
QUIABO	2000	2000
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	15000	14999
REPOLHO	4220	4220
TOTAL	**43621**	**43620**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CONAB (2019–2023).

Conforme demonstrado na Tabela 1, a produção do assentamento relativa ao ano de 2019 totalizou 43.620 kg executados, o que demonstra a capacidade das agricultoras em cumprirem a quantidade formalizada pelo contrato do programa. O valor recebido pela produção foi um total de R$ 80.000,00, que foi distribuído igualitariamente entre as 10 assentadas, correspondendo, portanto, a R$ 8.000,00 individualmente.

Além disso, observa-se uma produção diversificada de produtos orgânicos e de base agroecológica, uma vez que se dá o cultivo de uma variedade de frutas, como banana, goiaba e manga Palmer, e de legumes, como abóbora seca, abóbora moranga, abobrinha verde, berinjela e quiabo.

Dentre os alimentos produzidos no primeiro ano de estudo, vale destaque para a mandioca, que configura aproximadamente um terço da produção total do assentamento (14.999 kg), como observado na Tabela 1, o que demonstra sua importância central tanto no abastecimento alimentar quanto na dinâmica produtiva. O repolho é outro produto relevante, pois, apesar de ser a única verdura produzida no assentamento, foi o segundo produto mais comercializado dentre toda a produção (4.220 kg).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Tabela 2. Produtos 2020

Produto	Quantidade Formalizada em kg	Quantidade Executada em kg
ABÓBORA MORANGA	5200	5199
ABÓBORA SECA	3000	3000
ABOBRINHA BRASILEIRA	3100	3100
BANANA NANICA	1500	1500
BANANA PRATA	1500	1500
BERINJELA	2500	2500
COUVE	2000	2000
GOIABA VERMELHA	2000	2000
JILÓ REDONDO	1000	1000
LIMÃO	2000	2000
MANGA PALMER	3000	3000
MAXIXE	1000	1000
MOSTARDA	500	500
PEPINO JAPONÊS	700	699
QUIABO	600	600
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	10000	10000
RÚCULA	1000	1000
TOTAL	**40600**	**40598**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CONAB (2019–2023).

A partir dos dados apresentados na Tabela 2, podemos observar que a produção foi levemente menor no ano de 2020, com 40.598 kg executados, em relação ao ano de 2019, que obteve 43.620 kg. Ainda assim, a capacidade das agricultoras de cumprir o volume previsto no contrato do PAA foi mantida.

A renda total recebida pelo assentamento através da produção foi de R$ 95.711,94, distribuída entre os 12 agricultores, o que resultou em um valor aproximado de R$ 8.000,00 individualmente. Vale ressaltar que, diferentemente do ano de 2019, no qual somente mulheres estavam vinculadas ao programa, no ano de 2020 alguns poucos homens do assentamento também participaram. Ainda assim, manteve-se a predominância feminina, o que sustenta a atribuição dos resultados majoritariamente ao trabalho das agricultoras.

Os produtos mais comercializados mantiveram, de modo geral, a mesma estrutura em relação ao último período. Como exceção, destaca-se a manga Palmer, que, no ano de 2020, foi a fruta mais produzida, assim como o quinto produto mais comercializado, com 3.000 kg executados.

O aumento na diversidade entre verduras e legumes também merece destaque. Enquanto em 2019 a produção de verduras se restringia ao cultivo do repolho, em 2020 observa-

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

se uma diversificação maior, uma vez que a produção foi substituída pela couve, mostarda e rúcula. No que se refere aos legumes, houve a manutenção das culturas do ano anterior, com o acréscimo do jiló redondo, maxixe e pepino japonês.

Em relação às raízes, observa-se uma queda significativa da produção da mandioca de 33,3% em relação ao ano anterior, com um total de 10.000 kg em 2020. Apesar da redução, a mandioca ainda figura como principal produto comercializado, com uma margem significativa em relação aos demais itens, conforme evidenciado na Tabela 2.

Tabela 3. Produtos 2021

Produto	Quantidade Formalizada em kg	Quantidade Executada em kg
ABÓBORA MORANGA	3000	3000
ABÓBORA SECA	3000	3000
ABOBRINHA BRASILEIRA	3000	3000
BANANA NANICA	2000	2000
BANANA PRATA	2001	2000
BERINJELA	1340	1340
COUVE	2000	2000
GOIABA VERMELHA	5000	5000
JILÓ REDONDO	500	500
LIMÃO	2000	2000
MANGA PALMER	3000	3000
QUIABO	502	502
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	15000	15000
REPOLHO	3000	3000
TOTAL	**45343**	**45342**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CONAB (2019–2023).

A produção geral no ano de 2021 apresentou um crescimento de 11,7% em relação ao último período, passando de 40.598 kg para 45.342 kg. A capacidade de cumprimento dos valores formalizados pelas agricultoras do assentamento também se manteve, uma vez que a quantidade executada e o valor formalizado pelo contrato possuem correspondência, como apresentado nos dados da Tabela 3.

A organização fornecedora, que até então era denominada “Associação dos Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico - A Terra Rica”, em 2021 passou a ser “Mulheres Agricultoras Familiares”, mesmo que sua configuração não tenha sido alterada, na qual a grande maioria dos vinculados ao programa são mulheres, mas ainda assim conta com a participação de membros masculinos, permanecendo o protagonismo das agricultoras na condução da maior parte da produção.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

No que se refere à renda, o Assentamento Terra Rica obteve R$ 111.996,80 originários do Programa de Aquisição de Alimentos, que foram divididos entre as 14 agricultoras vinculadas no ano de 2021, o que assegurou uma quantia individual aproximada de R$ 8.000,00. Portanto, verifica-se o padrão de renda constatado em anos anteriores.

Entre os produtos mais comercializados, observa-se pouca alteração em relação aos anos anteriores, com a mandioca ainda como o maior destaque, assim como a abóbora moranga e a abóbora seca. Entretanto, destaca-se a goiaba, que, além de ser a fruta mais produzida, também aparece como o segundo produto mais comercializado.

A Tabela 3 aponta também que o grande volume da produção da goiaba acompanha um aumento geral na produção das frutas, que passaram de 10.000 kg em 2020 para 14.000 kg em 2021. Além disso, a manga Palmer, que tinha se destacado entre os produtos mais comercializados no ano anterior, manteve sua quantidade executada em 3.000 kg no ano de 2021. A mandioca, por sua vez, apresentou um aumento significativo de 50% em relação ao período anterior, passando de 10.000 kg para 15.000 kg, o que reforça seu papel central de destaque na produção do assentamento.

A redução na diversificação da produção de verduras no ano de 2021 não impactou a quantidade produzida; pelo contrário, a produção de repolho e couve superou a do período anterior, diferentemente do que ocorreu com os legumes, que, além de apresentarem uma menor variedade, também apresentaram uma queda na produção.

Tabela 4. Produtos 2022

Produto	Quantidade Formalizada em kg	Quantidade Executada em kg
ABÓBORA MENINA RAJADA	2099	2099
ABÓBORA MORANGA	3000	2999
ABÓBORA SECA	3000	3000
BANANA NANICA	1500	1500
BANANA PRATA	1500	1500
BERINJELA	700	700
COUVE	1200	1200
GOIABA VERMELHA	5000	5000
JILÓ REDONDO	500	500
LIMÃO TAITI	4000	4000
MANGA PALMER	3000	3000
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	10000	10000
REPOLHO	3000	3000
TOTAL	**38499**	38498

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CONAB (2019–2023).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Conforme os dados apontados na Tabela 4, a produção geral no ano de 2022 apresentou queda significativa em relação ao período anterior, passando de 45.342 kg para 38.498 kg, sendo, assim, o menor volume produtivo registrado dentre os períodos analisados até então.

A queda na produção geral também refletiu na redução da renda total recebida pelas agricultoras do assentamento, com um valor executado de R$ 103.551,95. Além disso, o montante, que em períodos anteriores era dividido de forma igualitária entre todos os participantes do programa, apresentou variações no ano de 2022. Sendo assim, por meio de valores previamente formalizados por contrato, os participantes receberam quantias de aproximadamente R$ 5.037,00, R$ 8.037,00, R$ 10.000,00 e R$ 12.000,00.

No âmbito dos produtos mais comercializados, observa-se que a queda geral da produção impactou diretamente a produção da mandioca, que sofreu uma baixa de 33,3% em relação ao período anterior, mas que, ainda assim, se mantém como o principal produto do assentamento, com 10.000 kg de quantidade executada.

A produção das frutas, por sua vez, apresentou um panorama contrário. Enquanto os principais produtos apresentaram uma queda de produção em relação ao ano anterior, observa-se que as frutas obtiveram o maior volume de produção dentre os períodos estudados até então, com um total executado de 15.000 kg. Destacam-se a goiaba vermelha e o limão-taiti, que ocuparam o segundo e o terceiro lugar, respectivamente, entre os produtos mais comercializados.

Verifica-se, por meio da Tabela 4, que os legumes também apresentaram um volume menor de produção, principalmente a berinjela, que apresentou uma queda de 47,76%. No entanto, produtos como a abóbora seca e a abóbora moranga mantiveram seu volume de produção constante mesmo nesse período.

Tabela 5. Produtos 2023

Produto	Quantidade Formalizada em kg	Quantidade Executada em kg
ABACATE QUINTAL	5127	5127
ABÓBORA SECA	5542	5542
ABOBRINHA BRASILEIRA	2376	2376
BANANA NANICA	2515	2514
BANANA PRATA	2178	2178
BERINJELA	3145	3144
COUVE	722	722
GOIABA VERMELHA	5735	5735

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

LIMÃO	2606	2606
MANGA PALMER	4676	4676
QUIABO	1399	1399
RAIZ DE MANDIOCA COM CASCA	11622	11622
REPOLHO	2227	2227
TOTAL	**49870**	**49868**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de CONAB (2019–2023).

A produção geral do ano de 2023 se destaca como a maior dentre os períodos estudados, como apontado na Tabela 5. A quantidade executada de 49.868 kg representa um aumento de aproximadamente 29,53% em relação ao ano de 2022, que, em termos de volume da produção geral, foi o menos eficiente. A organização fornecedora do assentamento, denominada “Mulheres Agricultoras Familiares” desde o ano de 2021, também passou a ser composta exclusivamente por mulheres, não apresentando entre as vinculadas ao programa nenhum homem.

Em relação às receitas advindas da produção, como consequência da grande alta na produção geral, o recebimento foi o maior dentre os períodos estudados, com um total de R$ 299.985,37 de valor executado para o assentamento. O recebimento individual voltou a ser igualitário entre as agricultoras, diferentemente das variações identificadas no ano de 2022. Sendo assim, cada uma das 20 participantes recebeu uma quantia de aproximadamente R$ 15.000,00.

Entre os produtos mais comercializados, a mandioca ainda se configura como o volume mais relevante da produção, tendo apresentado um aumento em relação ao ano anterior, passando de 10.000 kg para 11.622 kg de quantidade executada.

O cenário apresentado em 2022, de aumento em relação ao volume de produção das frutas, também se configura no período de 2023, com um crescimento de 52,24%. Além disso, observa-se a participação de três frutas entre os produtos mais comercializados, sendo elas a goiaba vermelha, o abacate quintal e a manga Palmer, o que reforça seu crescimento e importância central na produção do assentamento.

Os legumes, por sua vez, embora apresentem uma diversificação menor se comparados a períodos anteriores, obtiveram crescimento relevante, com destaque principal para a berinjela, que passou de 700 kg em 2022 para 3.144 kg de quantidade executada em 2023. As verduras mantiveram sua diversificação restrita apenas ao repolho e à couve, como apontado em períodos anteriores, apresentando uma queda para 2.949 kg em 2023.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Em termos gerais, no que diz respeito à caracterização da produção do Assentamento Terra Rica para o PAA dentro do período estudado (2019–2023), podemos observar que a cultura de principal destaque foi a mandioca, sendo o produto mais comercializado com uma grande margem de diferença para os demais. Apesar de a mandioca ser a figura central da produção no assentamento, outros grupos, como as frutas e os legumes, formam uma contribuição significativa, uma vez que apresentam volumes produtivos relativamente constantes ao longo dos períodos analisados, além de figurarem entre os produtos mais comercializados em determinados períodos e contribuírem para a diversificação do sistema produtivo.

Entre as culturas de frutas, destacam-se a goiaba vermelha, a banana nanica, o limão-taiti e a manga Palmer, que estiveram entre os produtos de maior volume comercializado ao longo dos períodos analisados. No que se refere aos legumes, observa-se a presença recorrente de produtos como a abóbora seca, a abóbora moranga e a abobrinha brasileira entre os maiores volumes individuais.

Ao analisar a produção geral destinada ao programa, podemos identificar que, entre os anos de 2019 e 2021, o volume produzido era relativamente estável, com poucas oscilações entre os períodos. Entretanto, após 2022, as oscilações tornaram-se mais acentuadas, com quedas e altas consideráveis. Verifica-se isso na comparação entre os períodos, na qual entre 2021 e 2022 houve uma queda de 15%, e entre 2022 e 2023, um aumento de 29,53%.

A renda, por sua vez, apresentou um efeito semelhante, tendo em vista que, até o período de 2021, o recebimento era igualitário e padronizado, com um valor de R$ 8.000,00 para cada participante. Sendo assim, a única variável que impactava na renda total do assentamento era a quantidade de assentados participantes do programa, que passou de 10 em 2019 para 12 em 2020 e para 14 em 2021.

No entanto, no período de 2022 houve uma divergência entre os valores de recebimento dos agricultores, com determinados grupos recebendo entre R$ 5.037,00 e R$ 12.000,00, o que não se verificou no período seguinte, que apresentou uma renda de R$ 15.000,00 para cada uma das 20 participantes de 2023.

Além das vertentes econômicas e produtivas constatadas por meio dos números, verifica-se, a partir dos dados analisados e do panorama do Assentamento Terra Rica, como as dinâmicas do Programa de Aquisição de Alimentos sinalizam um alinhamento com determinadas metas da Agenda 2030. Sendo assim, identificam-se potenciais convergências nos seguintes ODS: ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 2 (Fome Zero); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Quadro 1. Alinhamento potencial da produção das agricultoras com as metas da Agenda 2030

ODS	Meta específica da Agenda 2030	Evidência do artigo	Limite da Inferência
ODS 1: Erradicação da pobreza	Meta 1.2: Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões	Os contratos do PAA garantiram previsibilidade de renda e receita anual às agricultoras do assentamento	Apesar de os dados indicarem fortalecimento econômico das agricultoras, não mensuram a erradicação total da pobreza
ODS 2: Fome Zero e Agricultura Sustentável	Meta 2.3**:** Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, por meio de acesso seguro e igual à terra	Escoamento dos alimentos produzidos no assentamento por meio da modalidade de compra com doação simultânea	Apesar de o estudo verificar o aumento produtivo das agricultoras, não afere o acesso seguro e igual à terra
ODS 5: Igualdade de gênero	Meta 5.a**:** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras	Participação feminina inicialmente em sua maioria, e posteriormente total entre os membros participantes do programa pelo assentamento	Evidencia a autonomia financeira e o protagonismo produtivo no programa, sem medir a igualdade de gênero nas relações domésticas amplas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

	formas de propriedade		
ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis	Meta 11.a**:** Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais	Canalização da produção diversificada dos quintais produtivos do assentamento para a rede socioassistencial urbana	Os dados atestam o fortalecimento de circuitos locais de comercialização campo-cidade, mas não avaliam indicadores urbanísticos
ODS 12: Consumo e produção responsáveis	Meta 12.4**:** Alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e reduzir significativamente a liberação destes para o solo, para minimizar seus impactos	Disponibilização de alimentos orgânicos e de base agroecológica	A classificação dos alimentos como orgânicos/agroecológicos baseia-se em diagnóstico prévio da literatura (Caminhas, 2022); os dados atuais limitam-se aos contratos do PAA

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa e da Agenda 2030 (ONU, 2015).

A garantia da destinação da produção por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea foi capaz de assegurar uma renda previsível que, embora não representasse um montante elevado em termos anuais, era previamente estabelecida em contrato para as agricultoras do assentamento participantes do PAA. Esse fato está diretamente associado ao ODS 1. Essa renda contribuiu para o fortalecimento da comunidade rural como um todo, de maneira que permitiu a continuidade das atividades produtivas, assim como incentivou uma maior adesão ao programa, o que foi verificado pelo aumento do número de agricultoras ao longo dos períodos analisados. Sendo assim, tais elementos dialogam com o ODS 11.

No que se refere ao ODS 5 (Igualdade de Gênero), verifica-se que, por meio do programa, as agricultoras obtiveram uma posição de destaque na produção, que historicamente era uma atividade atribuída aos homens. Isso pode ser identificado por meio da configuração

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

dos vinculados ao programa, pois, nos períodos de 2019 a 2022, as mulheres compunham a grande maioria e, a partir de 2023, sua totalidade. Outro fato que corrobora o protagonismo feminino à frente da produção decorre da mudança da nomenclatura da entidade fornecedora, que inicialmente era denominada “Associação dos Produtores de Agricultura Familiar de Córrego Rico - A Terra Rica” e, em 2021, passou a ser denominada “Mulheres Agricultoras Familiares”. Entretanto, devido à delimitação analítica do trabalho, esse protagonismo produtivo não caracteriza a resolução automática de questões de gênero nas esferas doméstica e social, visto que o escopo da pesquisa não abrange as dinâmicas da gestão orçamentária da família, ou a situação frente às jornadas extenuantes de trabalho.

O formato da produção demonstrou aderência à lógica do ODS 12, uma vez que os alimentos produzidos nos quintais produtivos do Assentamento Terra Rica são de origem orgânica e agroecológica, o que configura uma produção responsável por parte das agricultoras e um consumo responsável por parte daqueles que receberam os alimentos. Consequentemente, a entrega dos alimentos para as entidades consumidoras, por sua vez, promoveu segurança alimentar, pois ofereceu produtos de qualidade nutricional e livres de agrotóxicos de maneira acessível a indivíduos das camadas mais vulneráveis da sociedade, dialogando com os propósitos do ODS 2.

Os resultados demonstram que, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as agricultoras obtiveram relativa estabilidade financeira, uma vez que a renda individual manteve um padrão semelhante nos primeiros períodos analisados, o que dialoga diretamente com o apontado por Perin *et al.* (2022), segundo os quais os benefícios econômicos gerados pelo PAA podem ser observados inicialmente a partir do valor entregue às agricultoras fornecedoras. As participantes do programa, por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea, puderam escoar sua produção no próprio município ou em localidades próximas, sem a dependência de atravessadores, uma vez que tinham como garantia a venda dos seus produtos destinados ao programa.

A produção, por sua vez, embora tenha na raiz de mandioca o principal alimento do assentamento durante os períodos estudados, produziu, em grande quantidade, uma gama de alimentos diversos entre frutas, legumes e verduras. A diversificação produtiva é um dos efeitos causados pela inserção no PAA, como observado por Modenese e Sant’Ana (2019) na produção de agricultores familiares assentados em Mirandópolis - SP. Grisa *et al.* (2010) retratam o fenômeno da diversificação produtiva no PAA no que diz respeito à modalidade de Compra com Doação Simultânea, sendo essa modalidade a principal fomentadora de uma policultura, ao invés do sistema monocultor de commodities, que tem como foco o mercado externo vigente na

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

agricultura brasileira. Segundo os autores, o PAA contribui para esse cenário, uma vez que conecta a oferta a uma demanda diversificada, como frutas e verduras, o que pode ser verificado por meio da produção do Assentamento Terra Rica. Sendo assim, esses produtos, que muitas vezes eram subvalorizados, por meio do PAA, especificamente da modalidade de Compra com Doação Simultânea, obtiveram um mercado institucional com preços justos para as agricultoras.

Além da contribuição da modalidade, o fator preponderante para impulsionar a diversificação da produção, assim como possibilitar uma produção responsável, foi o protagonismo feminino presente no assentamento (Caminhas, 2020, 2022). Segundo Siliprandi e Cintrão (2011), devido à divisão histórica do trabalho na agricultura familiar, os produtos considerados “de renda” ou “comerciais” estão ligados aos homens, mesmo que as mulheres trabalhem efetivamente em sua produção. Ainda assim, sua participação é vista apenas como uma ajuda, um “não trabalho”, enquanto os produtos voltados ao autoconsumo, muitas vezes produzidos nos quintais próximos à casa, são de responsabilidade feminina, tendo como destino mercados diferentes e recebendo valorizações diferenciadas.

O fato de esses produtos estarem ligados diretamente ao consumo, seja ele das entidades ou dos próprios familiares das agricultoras, gera uma preocupação e faz com que o manejo orgânico, sem o uso de agrotóxicos, seja preferível (Caminhas, 2022), associado às práticas agroecológicas características dos quintais produtivos, que buscam formas mais responsáveis de manejo e produção. Sendo assim, as agricultoras do assentamento geraram segurança alimentar aos consumidores por meio da oferta de alimentos orgânicos, in natura e nutricionalmente ricos. Essas características dialogam com as recomendações propostas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e pela cartilha Tem Veneno Nesse Pacote, que propõem a valorização de alimentos naturais em detrimento do consumo de produtos ultraprocessados e com agrotóxicos.

Os resultados obtidos evidenciam que o protagonismo feminino contribuiu para um desenvolvimento rural sustentável, uma vez que a atuação das agricultoras vinculadas ao assentamento promoveu práticas produtivas agroecológicas por meio da produção de alimentos orgânicos e in natura de qualidade, gerando segurança alimentar para os indivíduos da sua comunidade rural, para os próprios familiares e para a comunidade urbana, como as entidades socioassistenciais beneficiadas. Além disso, as agricultoras, por meio da sua produção responsável, foram capazes de gerar renda via execução dos contratos formalizados, bem como promover maior igualdade de gênero, uma vez que assumiram um espaço na agricultura familiar tradicionalmente exclusivo dos homens, demonstrando que sua atuação impactou as esferas

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

social, ambiental e econômica, aproximando-se das premissas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

Portanto, os dados indicam que as práticas produtivas das agricultoras do Assentamento Terra Rica vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) oferecem uma contribuição potencial para o alcance de metas específicas ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU por meio da Agenda 2030, sendo eles: ODS 1 (Erradicação da Pobreza); ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável); ODS 5 (Igualdade de Gênero); ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis); e ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar como o protagonismo feminino das agricultoras do Assentamento Terra Rica, vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos, apresentou convergência com metas selecionadas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Por meio dos resultados, verificou-se que a atuação das agricultoras do assentamento possibilitou a oferta de alimentos tanto para seus próprios familiares quanto para as entidades socioassistenciais beneficiadas pelo Programa de Aquisição de Alimentos, caracterizando, assim, uma produção e um consumo responsáveis, bem como gerando segurança alimentar, fatores esses que vão ao encontro dos ODS 2 e 12.

Através do PAA, mais especificamente da modalidade de Compra com Doação Simultânea, as agricultoras conseguiram escoar sua produção diversificada de produtos ligados ao “autoconsumo”, que muitas vezes eram subvalorizados em relação aos produtos ligados à esfera masculina. Nesse sentido, houve uma maior valorização do trabalho e fortalecimento do protagonismo feminino, dialogando com os princípios do ODS 5.

Além disso, podemos afirmar que houve geração de renda por meio da produção (ODS 1), que, consequentemente, trouxe relativa estabilidade para as agricultoras e seus familiares, afinal essa renda era estabelecida por um contrato com valores previamente formalizados e que foram cumpridos, gerando fortalecimento da comunidade rural (ODS 11).

Apesar dos notáveis avanços no que tange à questão de gênero, como a possibilidade de escoamento da produção e, consequentemente, a geração de renda por meio dela, vale destacar que ainda persistem desafios relacionados às jornadas extenuantes e ao reconhecimento das mulheres no âmbito da agricultura familiar. Sendo assim, a superação desse cenário depende de um maior fortalecimento e expansão de políticas públicas voltadas para as mulheres rurais, assim como da promoção de ações educativas visando a uma maior igualdade,

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

tendo em vista que esse processo de transformação é gradual e engloba fatores sociais, econômicos e culturais.

Embora grande parte do esforço deste trabalho tenha sido identificar os ODS, eles não devem ser analisados de maneira singular e isolada, mas sim como um entrelaçamento, uma vez que, por meio do PAA, as agricultoras foram capazes de gerar renda através de uma produção orgânica e agroecológica oriunda dos quintais produtivos do assentamento, proporcionando segurança alimentar aos consumidores e fortalecendo o protagonismo feminino.

Diante da complexidade e da intersecção entre questões de gênero, sustentabilidade e políticas públicas, o presente estudo se limitou à análise documental descritiva da produção, execução e renda das agricultoras do assentamento Terra Rica vinculadas ao Programa de Aquisição de Alimentos e ao seu potencial alinhamento com as metas da Agenda 2030. Diante disso, sugere-se para futuras investigações o aprofundamento de aspectos relacionados à autonomia das mulheres agricultoras em relação à renda obtida no Programa, o efeito da jornada dupla sobre o protagonismo feminino, a certificação da produção orgânica, indicadores de segurança alimentar dos beneficiários, entre outros temas adjacentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 1 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/publicacoes-para-promocao-a-saude/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf/view. Acesso em: 6 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Diferenças entre quintais produtivos e hortas urbanas**. Brasília, DF: MDA, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2026/03/diferencas-entre-quintais-produtivos-e-hortas-urbanas. Acesso em: 30 mar. 2026.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

CAMINHAS, A. M. T. A importância das mulheres agricultoras no fortalecimento da segurança alimentar em um assentamento rural de Córrego Rico, estado de São Paulo. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 6, e202013, 2020.

CAMINHAS, A. M. T. As feiras agroecológicas, a segurança alimentar e o protagonismo feminino nos quintais produtivos da agricultura familiar: a contribuição para a prática da agenda 2030. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 4184-4200, jan. 2022.

CAMINHAS, A. M. T. Protagonismo feminino no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o acesso da comunidade a produtos orgânicos e a implementação da agenda 2030. **Aracê**, v. 6, n. 4, 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Cartilha do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: compra com doação simultânea (CDS). Brasília, DF: Conab, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/conab/pt-br/comunicacao-institucional/eventos-e-promocao-institucional/cartilha-do-paa-cds.pdf. Acesso em: 3 abr. 2026.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Consulta de transparência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: dados de 2019 do município de Jaboticabal. Brasília, DF: Conab, 2019. Disponível em: https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultarCPRMunicipio. Acesso em: 19 maio 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES (CONTAG). **Anuário estatístico da agricultura familiar 2022**. Brasília, DF: CONTAG, 2022. Disponível em: https://ww2.contag.org.br/documentos/pdf/17192-3017304-anua%CC%81rio-agricultura-familiar-2022.pdf. Acesso em: 1 abr. 2026.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.

EMBRAPA. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/50779965/mapa-embrapa-e-ibge-apresentam-os-dados-sobre-mulheres-rurais. Acesso em: 4 abr. 2026.

FAO. **El trabajo de la FAO en la agricultura familiar**: prepararse para el Decenio Internacional de la Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS. Roma: FAO, 2018.

GOMES, A. A. Estudo de caso: planejamento e métodos. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 15, n. 16, 2008.

GRISA, C. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (IDEC). **Tem veneno nesse pacote**. São Paulo: IDEC, 2021. Disponível em: https://idec.org.br/system/files/ferramentas/idec_cartilha_tem-veneno-nesse-pacote.pdf. Acesso em: 27 maio 2026.

LAGE, M. F. R.; ASSIS, R. L. de; AQUINO, A. M. de. Diagnóstico das feiras de produtos orgânicos e seus consumidores em Belo Horizonte. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 37, n. 1, e26519, 2020.

LEAL, L. *et al.* Quintais produtivos como espaços da agroecologia desenvolvidos por mulheres rurais. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 31-54, 2020.

LIMA, A. F.; SILVA, E. G. de A.; IWATA, B. de F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 1, p. 50-68, 2019.

MODENESE, V. da S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019.

OLIVEIRA, M. R.; VILAÇA, A.; MUFATTO, L. M. Agricultura familiar: reflexões sobre gênero. **Revista de Administração de Roraima-RARR**, Boa Vista, v. 9, n. 1, p. 52-76, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo**: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Brasília, DF: ONU, 2015. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf. Acesso em: 8 abr. 2026.

PERIN, G. *et al.* Os benefícios e desafios do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares. **Retratos de Assentamentos**, v. 25, n. 1, p. 9-40, 2022.

SANTOS, J. B. dos; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011.

STAKE, R. E. Qualitative research and case study. **Silpakorn University Journal of Social Sciences, Humanities, and Arts**, v. 3, n. 1-2, p. 7-13, 2011.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Campinas: Unicamp, 1999. v. 3, p. 21-55.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.